



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## PREGÃO ELETRÔNICO (TRADICIONAL)

012/2026 – COMPRASNET (90012/2026)

## CONTRATANTE (UASG)

(985021)

## OBJETO

[Registro de preços] - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (arla 32, diesel comum-S500, diesel S10 e gasolina comum), com abastecimento direto na bomba, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.767.590,00 (dois milhões e setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos e noventa reais).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor preço por item.

## Modo de disputa:

Aberto



PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	<a href="#">3</a>
3. DO CREDENCIAMENTO .....	<a href="#">3</a>
4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO .....	4
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	<a href="#">5</a>
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA .....	9
9. DA HABILITAÇÃO .....	11
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA .....	13
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	<a href="#">15</a>
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	15
14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
15. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA .....	16
16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	16
17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## EDITAL - Registro de Preços

### PREGÃO ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA-MG

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 PROCESSO Nº051/2026

### (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

Torna-se público que o Município de Pirapetitinga-MG, por meio do Departamento de Licitação, sediado(a) ) Praça Dirceu Martins, 01, centro, Pirapetitinga-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na forma ELETRÔNICA, Registro de Preços, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 23/06/2026.

Horário: 09:00 (nove) horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (arla 32, diesel comum-S500, diesel S10 e gasolina comum), com abastecimento direto na bomba, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será composta por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.*
- 1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*
- 1.4. Quaisquer divergências entre o edital e Portal de Compras Governamental (COMPRASNET), prevalecerá o que constar no edital.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 4.4. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.5. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.6. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.12. agente público do órgão ou entidade licitante;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.13.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.14. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.14.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.14.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.14.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.14.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.14.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.14.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.14.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.14.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.14.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.14.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em [Lei nº 14.133, de 2021](#) e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

5.2. O envio da proposta adequada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de convocação de anexo pelo Pregoeiro.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admppmp@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admppmp@pirapetitinga.mg.gov.br)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006..
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. Valor unitário e total do item;
  - 6.1.2. Marca;
  - 6.1.3. Fabricante;
  - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, respeitando o quantitativo estabelecido e no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 6.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 6.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  - 7.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01. (um centavos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 7.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
    - 7.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 7.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 7.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 7.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 7.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 7.17.2.2. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
    - 7.17.2.3. empresas brasileiras;
    - 7.17.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    - 7.17.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após será definido o resultado do julgamento.
  - 7.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 7.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.18.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação e quando necessário o catálogo do produto ofertado.
- 7.18.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou através de e-mail antes de findo o prazo.
- 7.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admppm@pirapetinga.mg.gov.br](mailto:admppm@pirapetinga.mg.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.14.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
  - 9.1.2. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
  - 9.1.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
  - 9.1.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.2. O envio de documentos de habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
  - 9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.10. **Habilitação jurídica:**
  - 9.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10.4. Documentos (CPF e IDENTIDADE) dos responsáveis, seja empresário individual ou no caso de sociedade, dos sócios devidamente autenticados;
- 9.10.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.10.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.10.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.10.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.10.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva
- 9.11. Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.11.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.11.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.11.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.11.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.11.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.11.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.11.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

9.11.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 9.12. Qualificação Econômico-Financeira.

9.12.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

## 9.13. Qualificação Técnica

9.13.1. Certificado de Regularidade – CR do Ministério do Meio Ambiente.

9.13.2. Autorização Ambiental de Funcionamento.

9.13.3. Autorização de funcionamento válida, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o exercício da atividade de revenda de combustíveis, nos termos da regulamentação vigente

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no  
sítio eletrônico <https://pm-pirapetitinga.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/pregao-eletronico> e [Portal Comprasnet].

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br)





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 14.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

## **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 15.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - 15.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 15.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 15.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
  - 15.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 15.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 15.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 15.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 15.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
  - 15.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 15.5. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 16.1.5. fraudar a licitação
  - 16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.2.1. advertência;
  - 16.2.2. multa;
  - 16.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 16.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 16.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.6. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 16.6.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 16.6.2. Multa de 10.% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 16.6.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 16.6.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 16.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 14.133, de 2021](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.16. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 17.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Dirceu Martins, 01, Centro, Pirapetitinga-MG, seção Protocolo.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pelo e-mail [licitacao@pirapetinga.mg.gov.br](mailto:licitacao@pirapetinga.mg.gov.br).

17.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pm-pirapetinga.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/pregao-eletronico> e [Portal Comprasnet]. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admpmp@pirapetinga.mg.gov.br](mailto:admpmp@pirapetinga.mg.gov.br)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

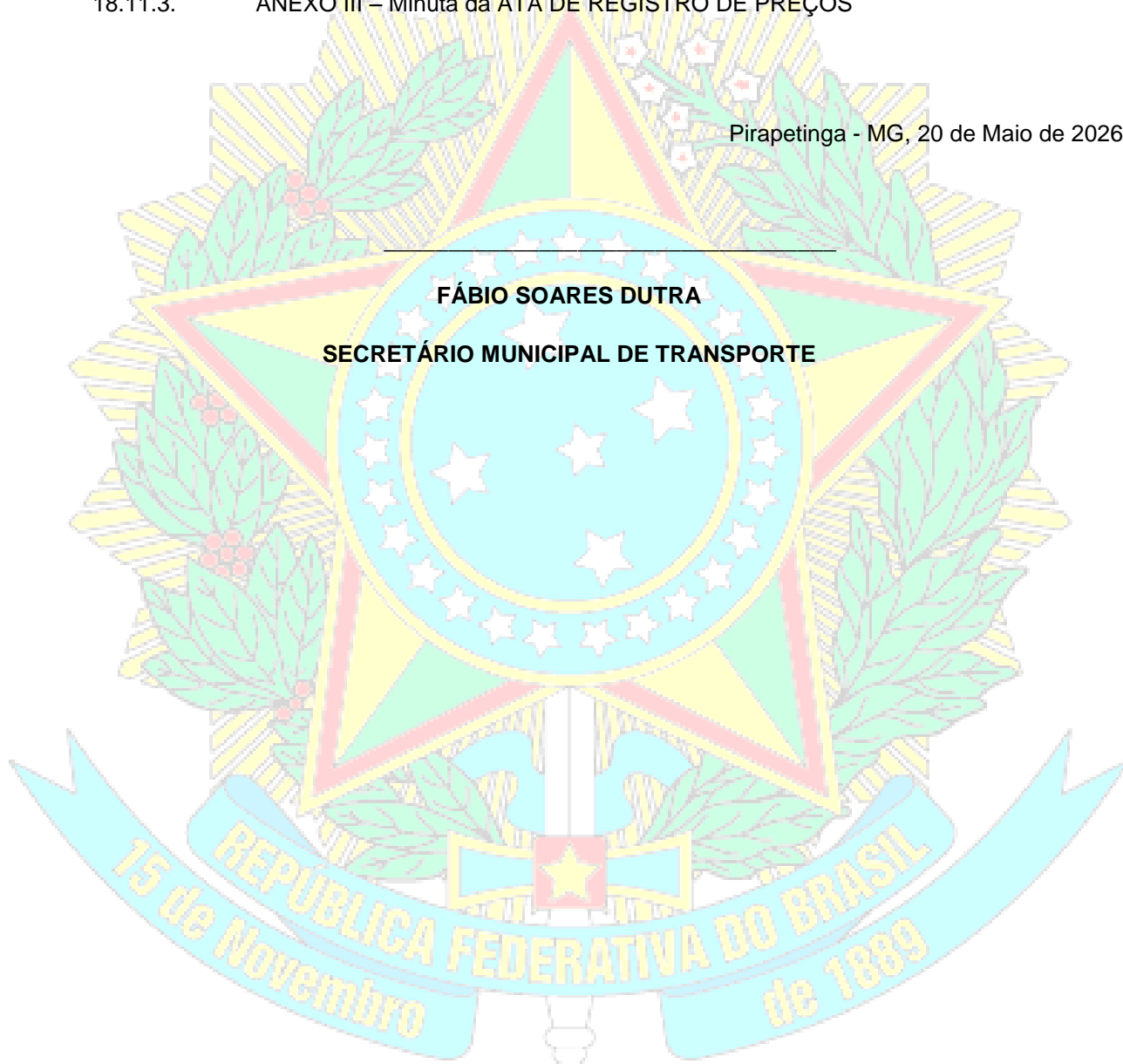
Licitações, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 18.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 18.11.2. ANEXO II - Modelo de PROPOSTA REAJUSTADA DE PREÇO
- 18.11.3. ANEXO III – Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pirapetitinga - MG, 20 de Maio de 2026.

**FÁBIO SOARES DUTRA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE**







# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. DO OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (arla 32, diesel comum-S500, diesel S10 e gasolina comum), com abastecimento direto na bomba, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Transporte, o qual demonstrou a necessidade contínua de abastecimento da frota municipal para garantir a execução dos serviços públicos essenciais.

A solução adotada — fornecimento direto em posto de abastecimento — foi definida como a mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos, a ser realizado de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo o pleno funcionamento da frota oficial.

O abastecimento será efetuado diretamente nas bombas do estabelecimento da contratada, mediante apresentação de requisição formal previamente autorizada por servidor competente, como forma de assegurar o controle, a rastreabilidade e a regularidade dos consumos.

A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com as demandas da Administração, garantindo o atendimento ágil e eficiente, inclusive em situações emergenciais, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Os combustíveis fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Biocombustíveis, não sendo admitido o fornecimento de produtos em desconformidade com as normas vigentes.

Dessa forma, a solução adotada apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando eficiência, controle e qualidade no abastecimento da frota municipal, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá observar requisitos mínimos indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A empresa contratada deverá possuir posto de abastecimento localizado em um raio máximo de até 5 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Pirapetitinga/MG, condição estabelecida com base em critérios técnicos de economicidade e eficiência logística. Tal exigência visa reduzir custos indiretos relacionados ao deslocamento da frota, como consumo adicional de combustível, desgaste dos veículos e tempo improdutivo dos servidores, além de garantir maior agilidade no abastecimento e disponibilidade dos veículos para atendimento das demandas públicas.

O estabelecimento deverá operar em horários compatíveis com as necessidades da Administração, assegurando o fornecimento contínuo, inclusive em situações emergenciais, de modo a não comprometer a execução dos serviços públicos essenciais.

Os combustíveis fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, não sendo admitido o fornecimento de produtos em desacordo com as normas vigentes.

A contratada deverá comprovar capacidade operacional suficiente para garantir o atendimento contínuo da demanda da frota municipal durante toda a vigência contratual, sendo vedada a recusa injustificada de abastecimentos. Além disso, deverá assegurar que todo fornecimento ocorra de forma regular, segura e eficiente.

Na hipótese de fornecimento de combustível em desconformidade com as especificações exigidas, seja quanto à qualidade, quantidade ou tipo, a contratada deverá realizar a substituição imediata do produto, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Ressalta-se que a limitação geográfica estabelecida não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que foi precedida de levantamento de mercado que identificou a existência de múltiplos fornecedores aptos a atender às exigências dentro do raio definido, garantindo a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos mostram-se adequados, necessários e proporcionais ao atendimento da demanda administrativa, assegurando eficiência, economicidade e continuidade na prestação dos serviços públicos.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITAVEL	VALOR TOTAL
001	ARLA 32	LITROS	22.000	3,75	R\$82.500,00
002	DIESEL COMUM(S500)	LITROS	15.000	6,74	R\$101.100,00
003	DIESEL S10	LITROS	264.000	6,82	R\$1.800.480,00
004	GASOLINA COMUM	LITROS	123.000	6,37	R\$783.510,00
TOTAL: R\$ 2.767.590,00					

A estimativa das quantidades de combustíveis foi elaborada com base em critérios técnicos e objetivos, visando assegurar a adequada dimensão da contratação e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Para a definição dos quantitativos, foram considerados o consumo médio mensal por veículo da frota municipal, apurado a partir dos registros internos de abastecimento, bem como a série histórica de consumo dos últimos 12 (doze) meses, permitindo a identificação de padrões de utilização, sazonalidades e variações decorrentes das atividades desenvolvidas pelas diversas secretarias.

Também foram levadas em conta a composição atual da frota, incluindo veículos leves, utilitários, máquinas e equipamentos, além de possíveis ampliações ao longo da vigência contratual,

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

bem como as demandas operacionais específicas de cada secretaria, especialmente aquelas responsáveis por serviços essenciais.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, podendo sofrer variações durante a execução contratual em razão de fatores como aumento da frota, intensificação das atividades administrativas ou ocorrência de situações excepcionais, não implicando, portanto, obrigatoriedade de contratação integral dos volumes previstos.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços idônea e atualizada, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A metodologia adotada consistiu na realização de pesquisa direta de preços junto aos três postos de combustíveis localizados no município, considerados aptos ao atendimento da demanda, o que garante aderência à realidade do mercado local e maior precisão na formação do preço estimado.

A pesquisa de preços realizada para a presente contratação foi restrita aos fornecedores localizados no âmbito do município de Pirapetitinga/MG e em seu entorno imediato, em razão das especificidades do objeto e das condições operacionais necessárias à sua execução.

O fornecimento de combustíveis automotivos, com abastecimento direto na bomba, possui natureza eminentemente local, uma vez que exige a presença física da frota municipal no estabelecimento da contratada, não sendo possível a entrega remota ou o fornecimento por meio logístico convencional. Dessa forma, a localização do posto de abastecimento constitui fator determinante para a viabilidade da contratação.

A Administração estabeleceu, de forma justificada, o critério de distância máxima de até 5 (cinco) quilômetros da sede municipal, com base em parâmetros de economicidade e eficiência logística, considerando que deslocamentos superiores implicariam aumento indireto de custos, tais como consumo adicional de combustível, desgaste da frota, maior tempo de ociosidade dos veículos e comprometimento da prestação dos serviços públicos.

Nesse contexto, a ampliação da pesquisa de preços para fornecedores situados fora do raio definido não refletiria a realidade da contratação, uma vez que tais empresas, embora eventualmente apresentem preços unitários inferiores, não atenderiam às condições operacionais exigidas, tornando suas propostas, na prática, inexequíveis ou antieconômicas.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Ademais, foi realizado levantamento de mercado que identificou a existência de três fornecedores aptos dentro do perímetro estabelecido, o que assegura a competitividade do certame e afasta qualquer restrição indevida à ampla concorrência.

Ressalta-se, ainda, que a metodologia adotada encontra respaldo na legislação vigente, que permite a utilização de fontes de preços compatíveis com a realidade do mercado pertinente ao objeto contratado, desde que devidamente justificada, conforme verificado no presente caso.

Dessa forma, a limitação da pesquisa ao mercado local mostra-se técnica, econômica e juridicamente adequada, garantindo a fidedignidade dos preços estimados, a viabilidade da execução contratual e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

Para definição dos valores, foi utilizada a média dos preços coletados, com a devida análise crítica das informações obtidas, desconsiderando-se eventuais valores discrepantes, de modo a evitar distorções e assegurar a compatibilidade com os preços praticados no mercado.

Sempre que possível, a pesquisa será complementada com dados públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e/ou sistemas oficiais de preços tais como Painel de Preços do Governo Federal, quando aplicável, para fins de validação da compatibilidade dos valores estimados.

Ressalta-se que, em razão da natureza do objeto — fornecimento de combustíveis —, os preços estão sujeitos a variações frequentes decorrentes das oscilações do mercado, motivo pelo qual a Administração adotará mecanismos que assegurem maior flexibilidade e aderência aos valores praticados no momento do abastecimento, especialmente por meio do Sistema de Registro de Preços.

Dessa forma, o valor máximo estimado para a presente contratação é de **R\$2.767.590,00 (dois milhões setecentos e sessenta e sete mil quinhentos e noventa reais)**, representando o limite orçamentário para fins de planejamento e julgamento das propostas, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração.

O valor estimado encontra-se devidamente fundamentado, compatível com a realidade de mercado local e alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade que regem as contratações públicas.

## 7. CRITÉRIO DE REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Considerando a natureza do objeto contratado, caracterizada pela alta volatilidade dos preços dos combustíveis, a atualização dos preços observará como parâmetro a média dos preços ao



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

consumidor divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o município ou região equivalente, considerando o tipo de combustível contratado.

Eventuais reequilíbrios econômico-financeiros deverão ser formalmente solicitados e devidamente comprovados, com base em documentos que demonstrem a efetiva variação de custos, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração poderá, a qualquer tempo, promover a revisão dos preços registrados, de ofício, caso verifique discrepâncias relevantes em relação aos valores praticados no mercado, sempre com base em dados oficiais e observância dos princípios da economicidade e vantajosidade.

## **8. FORNECIMENTO E EXECUÇÃO**

O fornecimento de combustíveis será realizado diretamente no posto de abastecimento da contratada, de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O início da execução deverá ocorrer de forma imediata após a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, admitindo-se o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para plena disponibilização dos serviços, desde que devidamente justificado, não podendo haver prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

O abastecimento será realizado exclusivamente mediante apresentação de autorização formal, previamente emitida por servidor competente, devidamente preenchida e assinada, como forma de assegurar o controle, a rastreabilidade e a regularidade dos abastecimentos realizados.

Será adotado controle individualizado por veículo, contendo, no mínimo, identificação do veículo, tipo de combustível, quantidade abastecida, data e horário, permitindo o acompanhamento detalhado do consumo da frota municipal e contribuindo para maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, ao qual competirá:

- conferir os abastecimentos realizados;
- verificar a conformidade dos combustíveis fornecidos;
- validar quantitativos e valores cobrados;
- registrar e comunicar eventuais irregularidades.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

A contratada deverá garantir atendimento contínuo, inclusive em situações emergenciais, não sendo admitida a recusa injustificada de fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Na hipótese de constatação de irregularidade no fornecimento, seja quanto à qualidade, quantidade, tipo de combustível ou medição, a contratada deverá promover a imediata regularização, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

Poderão ser realizadas, a qualquer tempo, fiscalizações e auditorias por parte da Administração, inclusive com a coleta de amostras dos combustíveis para análise técnica, visando verificar a conformidade com as especificações exigidas.

Dessa forma, o modelo de execução estabelecido assegura elevado nível de controle, rastreabilidade e eficiência na gestão do fornecimento, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **9. PARCELAMENTO DO OBJETO**

O objeto da presente contratação será parcelado por itens, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza independente dos combustíveis a serem adquiridos, tais como gasolina, diesel comum(S500), diesel S10 e arla 32.

O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que cada item pode ser fornecido de forma autônoma, sem prejuízo à execução do objeto, permitindo maior flexibilidade na contratação e na gestão dos fornecimentos.

Além disso, a divisão por itens contribui para a ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles que não comercializam todos os tipos de combustíveis, o que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, o parcelamento do objeto proporciona melhor aproveitamento econômico dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade que regem as contratações públicas.

## **10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, destaca-se que a indicação de dotação orçamentária não é obrigatória neste momento, uma vez que a Ata de Registro de Preços não gera, por si só, obrigação de contratação.

As contratações decorrentes da ata somente serão formalizadas mediante a emissão de instrumento contratual ou documento equivalente, ocasião em que será obrigatoriamente indicada a respectiva dotação orçamentária, em conformidade com a legislação vigente.

A Administração assegurará que cada contratação esteja devidamente amparada por disponibilidade orçamentária e financeira, previamente à sua efetivação, observando-se os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento e da adequada gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, garante-se que não haverá assunção de obrigações sem a correspondente previsão orçamentária, em estrita observância às normas legais aplicáveis.

## **11. MODELO DE CONTRATAÇÃO**

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que a demanda por combustíveis possui natureza contínua, variável e de difícil mensuração exata ao longo do tempo.

O modelo adotado permitirá a aquisição dos produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, evitando a formação de estoques desnecessários, reduzindo riscos de desperdício e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, período durante o qual a Administração poderá realizar as contratações decorrentes, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade dos serviços.

Dessa forma, o modelo de contratação escolhido proporciona maior flexibilidade, economicidade e segurança na execução do objeto, assegurando a continuidade do abastecimento da frota municipal e a adequada prestação dos serviços públicos.

## **12. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

A presente contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, considerando a viabilidade de parcelamento do objeto e a necessidade de promover maior competitividade entre os licitantes, possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

A escolha da modalidade eletrônica contribui para ampliar a concorrência, garantir maior transparência ao certame e assegurar isonomia entre os participantes, além de proporcionar maior eficiência e celeridade ao processo licitatório.

Dessa forma, a adoção do pregão eletrônico, aliado ao critério de menor preço por item, mostra-se adequada à natureza do objeto e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade que regem as contratações públicas.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Deverá garantir que os combustíveis fornecidos atendam rigorosamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos decorrentes do fornecimento de produtos em desconformidade.

A contratada deverá assegurar o controle adequado dos abastecimentos, de forma a garantir que cada veículo seja abastecido exclusivamente com o tipo de combustível autorizado, observando rigorosamente as requisições emitidas pela Administração, contribuindo para a rastreabilidade e a correta gestão do consumo da frota.

Será de sua responsabilidade disponibilizar estrutura física, operacional e de pessoal suficiente para atender à demanda da Administração de forma contínua, eficiente e segura, garantindo o pleno funcionamento do fornecimento durante toda a vigência contratual.

Deverá, ainda, manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, técnica e ambiental, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Na hipótese de erro no abastecimento, seja quanto ao tipo de combustível, quantidade ou veículo atendido, a contratada deverá assumir integralmente os custos decorrentes, incluindo eventuais danos causados aos veículos da frota municipal, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

Além disso, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer irregularidade identificada na execução do fornecimento, colaborando para a adoção de medidas corretivas e para a garantia da adequada prestação do serviço.

## **Responsabilidades específicas quanto à qualidade e regularidade do fornecimento:**

### **a) Fraude ou irregularidade nas bombas medidoras:**

A contratada responderá por quaisquer inconsistências, fraudes ou irregularidades verificadas nos equipamentos de medição utilizados no abastecimento, devendo garantir que todas as bombas estejam devidamente aferidas, certificadas e em conformidade com as normas do INMETRO ou órgão competente. Constatada divergência que resulte em prejuízo à Administração, a contratada deverá proceder ao ressarcimento integral dos valores cobrados indevidamente, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

### **b) Fornecimento de combustível adulterado ou em desconformidade:**

Na hipótese de fornecimento de combustível fora das especificações técnicas exigidas, comprovado por meio de laudo técnico emitido por órgão competente ou entidade credenciada, a contratada será responsável pela substituição imediata do produto, bem como pelo ressarcimento integral de eventuais prejuízos causados à Administração. Poderão ser adotadas, ainda, as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive aplicação de sanções.

### **c) Danos mecânicos decorrentes do fornecimento:**

A contratada será responsável por quaisquer danos mecânicos causados aos veículos ou equipamentos da frota municipal, desde que comprovadamente decorrentes do fornecimento de combustível inadequado, adulterado ou em desacordo com as especificações exigidas. Nesses casos, deverá arcar integralmente com os custos de reparo, substituição de peças, mão de obra e demais despesas correlatas, mediante comprovação técnica do nexo causal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. As responsabilidades previstas neste item não excluem a aplicação das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021.

## **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete à Contratante assegurar as condições necessárias para a adequada execução do objeto, devendo cumprir e fazer cumprir as disposições deste Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A Administração será responsável pelo controle das autorizações de abastecimento, devendo emitir, por meio de servidores devidamente designados, as requisições formais necessárias à realização dos abastecimentos, garantindo a regularidade, a rastreabilidade e o adequado acompanhamento dos consumos da frota municipal.

Deverá, ainda, exercer fiscalização ativa e contínua sobre a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, ao qual competirá acompanhar o fornecimento, verificar a conformidade dos produtos, conferir quantitativos e valores, bem como registrar eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias à correção de falhas.

A gestão e fiscalização do contrato observarão, especialmente, o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, assegurando a eficiência, a transparência e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Além disso, compete à Contratante efetuar os pagamentos devidos, prestar as informações necessárias à execução do contrato e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, garantindo o pleno atendimento ao interesse público.

## **15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe zelar pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais e pela adequada prestação do objeto.

Fica designado como fiscal do contrato o servidor José Francisco Costa Amaral, ao qual competirá acompanhar a execução do fornecimento, realizar a conferência das notas fiscais





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

apresentadas pela contratada, verificar a compatibilidade entre os quantitativos fornecidos e os valores cobrados, bem como aferir a qualidade dos combustíveis fornecidos.

Caberá ainda ao fiscal manter registro atualizado de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando formalmente à autoridade competente eventuais irregularidades, falhas ou descumprimentos contratuais, para adoção das medidas cabíveis.

Ressalta-se que a emissão e o controle das autorizações de abastecimento são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte, não competindo ao fiscal sua expedição, mas sim a verificação da regularidade da execução com base nas autorizações apresentadas.

A gestão do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Transporte, Fábio Soares Dutra, responsável pela supervisão geral da execução contratual, adoção de medidas administrativas e tomada de decisões necessárias à adequada condução do contrato.

Dessa forma, a gestão e fiscalização do contrato visam assegurar maior controle, eficiência e regularidade na execução do objeto, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

## **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, bem como pela prática de atos que comprometam a execução do objeto, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, e consistem em:

Advertência, aplicada nos casos de infrações de menor gravidade, que não acarretem prejuízos relevantes à execução contratual;

Multa, a ser fixada conforme a natureza e a gravidade da infração, podendo incidir sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida;

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto em lei, nos casos de infrações mais graves, especialmente quando houver falha na execução contratual, comportamento inidôneo ou descumprimento reiterado das obrigações;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicável nas hipóteses de condutas graves que evidenciem má-fé, fraude ou prejuízo significativo ao interesse público.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, levando em consideração a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias do fato e a eventual reincidência.

As penalidades não excluem a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, sem prejuízo da adoção de outras medidas legais cabíveis.

## **17. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, que certificará a regular execução do objeto.

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a documentação fiscal correspondente ao fornecimento realizado, a qual será conferida quanto à compatibilidade dos quantitativos, valores e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à realização de cada pagamento, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, em conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021, sendo condição indispensável para a liberação dos valores devidos.

Na hipótese de inconsistências na documentação apresentada ou irregularidade fiscal, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, não acarretando ônus adicional para a Administração.

Dessa forma, o procedimento de pagamento assegura a observância dos princípios da legalidade, controle e boa gestão dos recursos públicos.

## **18. IMPACTOS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A execução do objeto deverá observar rigorosamente a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis ao setor de combustíveis, assegurando que todas as atividades sejam realizadas em conformidade com os órgãos ambientais competentes.

A contratada deverá comprovar, previamente à contratação e manter durante toda a vigência contratual, a regularidade ambiental de seu estabelecimento, mediante apresentação de licença

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ambiental válida, expedida pelo órgão competente, compatível com a atividade de comercialização de combustíveis.

Deverá, ainda, assegurar a adequada gestão e destinação dos resíduos gerados em suas operações, incluindo óleos, combustíveis, embalagens e demais materiais potencialmente poluentes, mediante comprovação de destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente.

A contratada deverá manter conformidade com todas as exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, especialmente no que se refere às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e aos requisitos ambientais aplicáveis ao funcionamento de postos de combustíveis.

Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória de sua regularidade ambiental, bem como permitir o acompanhamento e a fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações ambientais.

Adicionalmente, a Administração adotará medidas de controle e monitoramento do consumo da frota, incentivando o uso racional de combustíveis, com vistas à redução de desperdícios e à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

Dessa forma, a contratação observa não apenas os aspectos econômicos e operacionais, mas também os princípios da sustentabilidade, responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável, em conformidade com a legislação vigente.

## **19. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação foi submetida à análise de riscos, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e gestão por resultados previstos na Lei nº 14.133/2021, visando identificar, avaliar e mitigar eventuais eventos que possam comprometer a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

Nesse contexto, foram identificados os seguintes riscos relevantes, bem como as respectivas medidas preventivas e corretivas:

### **a) Risco de desabastecimento**

Refere-se à possibilidade de interrupção no fornecimento de combustíveis, seja por falhas operacionais da contratada, indisponibilidade de estoque ou fatores externos.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admppm@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Medidas mitigadoras: exigência de capacidade operacional mínima da contratada, funcionamento em horários compatíveis com a demanda administrativa, previsão de atendimento emergencial e aplicação de sanções em caso de recusa injustificada de fornecimento.

## **b) Risco de variação brusca de preços**

Considerando que o mercado de combustíveis é altamente sensível a fatores econômicos e regulatórios, há risco de oscilações significativas nos preços ao longo da vigência da contratação. Medidas mitigadoras: adoção do Sistema de Registro de Preços, realização de pesquisa de preços atualizada, previsão de mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, e acompanhamento contínuo dos preços praticados no mercado, inclusive com base em dados oficiais.

## **c) Risco de falha no controle de consumo**

Consiste na possibilidade de abastecimentos indevidos, divergências de quantitativos ou uso inadequado dos combustíveis da frota municipal. Medidas mitigadoras: utilização de requisições formais previamente autorizadas, controle individualizado por veículo, fiscalização ativa por servidor designado, conferência periódica dos relatórios de consumo e adoção de sistemas de rastreabilidade dos abastecimentos.

## **d) Risco de fornecimento de combustível adulterado ou em desconformidade**

Refere-se à possibilidade de fornecimento de produtos fora das especificações técnicas exigidas, o que pode causar danos à frota e prejuízos à Administração. Medidas mitigadoras: exigência de conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, realização de fiscalizações periódicas, possibilidade de coleta de amostras para análise, previsão de substituição imediata do produto irregular e responsabilização integral da contratada por eventuais danos.

Dessa forma, a análise de riscos demonstra que os eventos identificados são passíveis de controle e mitigação mediante a adoção das medidas previstas, não representando óbice à contratação, mas sim reforçando a necessidade de uma gestão contratual eficiente e preventiva.

## **20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

A medição do objeto será realizada com base nos abastecimentos efetivamente executados, observando-se os registros individualizados por veículo e os controles administrativos adotados pela

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Contratante, de modo a assegurar a rastreabilidade, a transparência e a correta aferição dos quantitativos fornecidos.

O fornecimento será considerado regularmente executado mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- realização do abastecimento exclusivamente mediante apresentação de autorização formal emitida por servidor competente da Administração;
- registro do volume abastecido diretamente na bomba, com emissão de comprovante contendo, no mínimo: identificação do veículo abastecido, tipo de combustível fornecido, quantidade efetivamente abastecida e data e horário do abastecimento;
- conferência das informações pelo servidor responsável, no ato do abastecimento ou em momento posterior, mediante análise dos registros apresentados;
- compatibilidade entre os dados constantes nos comprovantes de abastecimento e aqueles consignados na nota fiscal apresentada pela contratada.

O aceite provisório do objeto ocorrerá no momento da conferência dos abastecimentos realizados, podendo ser realizado de forma imediata ou diferida, conforme os controles administrativos da Contratante.

O aceite definitivo dar-se-á após a verificação, pelo fiscal do contrato, do cumprimento integral das obrigações contratuais, compreendendo:

- conferência dos registros de abastecimento;
- verificação da regularidade e conformidade dos fornecimentos realizados;
- validação da nota fiscal correspondente, quanto aos quantitativos, valores e demais condições estabelecidas.

Na hipótese de inconsistências, divergências ou irregularidades, o aceite ficará suspenso até a devida regularização por parte da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, os critérios de medição e aceitação estabelecidos asseguram o controle eficiente da execução contratual, a correta aplicação dos recursos públicos e a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 21. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação dos licitantes será verificada mediante a comprovação dos seguintes requisitos, estritamente necessários à garantia do cumprimento das obrigações contratuais:

### **I – Habilitação jurídica:**

Apresentação de registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, conforme o caso, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável.

### **II – Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, bem como perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **III – Qualificação técnica:**

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação;
- b) Autorização de funcionamento válida, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o exercício da atividade de revenda de combustíveis, nos termos da regulamentação vigente.

### **IV – Regularidade ambiental:**

Apresentação de licença ambiental válida, emitida pelo órgão competente, compatível com a atividade de revenda de combustíveis, incluindo as operações de armazenamento e comercialização de produtos potencialmente poluentes ou perigosos, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

### **V – Localização do estabelecimento (critério de logística e eficiência):**

Comprovação de que o posto de abastecimento está localizado em um raio máximo de até 5 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal. Essa comprovação será exigida apenas do vencedor.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. A exigência prevista neste inciso fundamenta-se em critérios de economicidade, eficiência logística e interesse público, considerando a necessidade de reduzir custos indiretos com deslocamento, otimizar o tempo de abastecimento da frota oficial e garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade, por se mostrar proporcional e tecnicamente justificada.

## **VI – Conformidade metrológica:**

Comprovação de que as bombas medidoras de combustíveis se encontram devidamente aferidas, certificadas e dentro do prazo de validade, conforme regulamentação do INMETRO ou órgão delegado, assegurando a precisão das medições e a proteção do interesse público.

## **VII – Capacidade operacional:**

Declaração de que dispõe de estrutura física, equipamentos, sistema de abastecimento e pessoal adequados para garantir o atendimento contínuo, eficiente e seguro da demanda da Administração.

## **22.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos elementos levantados no Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a presente contratação é plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, estando em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A contratação mostra-se necessária, tendo em vista que o fornecimento de combustíveis é indispensável para a manutenção e operação da frota municipal, sendo condição essencial para a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Sob o ponto de vista técnico, verifica-se a existência de fornecedores aptos no mercado local, devidamente regularizados e com capacidade operacional para atender à demanda da Administração, o que assegura a viabilidade da execução contratual.

No aspecto econômico, a contratação revela-se compatível com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado na pesquisa de preços realizada, garantindo a obtenção de proposta mais vantajosa e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Por fim, a solução adotada mostra-se adequada ao interesse público, uma vez que contribui para a eficiência da gestão administrativa, assegura a continuidade dos serviços essenciais e atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, resta evidenciada a viabilidade da contratação, recomendando-se o regular prosseguimento do processo administrativo.

## **23. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação se encontra devidamente justificada e alinhada às necessidades da Administração Pública Municipal, tendo sido precedida de planejamento adequado, com base no Estudo Técnico Preliminar e nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Restou demonstrado que a solução proposta é necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos, viável sob os aspectos técnico e econômico, e adequada ao interesse público, assegurando eficiência, economicidade e regularidade na execução do objeto.

Além disso, os critérios adotados para definição da solução, estimativa de quantitativos, metodologia de preços, requisitos da contratação e modelo de execução mostram-se compatíveis com a realidade do mercado e com as demandas operacionais da Administração.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências necessárias à realização do certame, visando à contratação mais vantajosa para o Município e à adequada prestação dos serviços à população.

**Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação visa garantir o abastecimento contínuo da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG, assegurando a execução dos serviços públicos essenciais, tais como saúde, transporte, obras, educação e assistência social.

A ausência da contratação comprometerá diretamente a continuidade dos serviços públicos, podendo causar prejuízos à população e à eficiência administrativa.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (gasolina, diesel comum, diesel S10 e ARLA 32), por meio de sistema de registro de preços, com abastecimento direto na bomba.

Inclui:

- Fornecimento contínuo e sob demanda;
- Controle por requisição autorizada;
- Abastecimento em posto localizado em raio máximo de 5 km da sede do município.
- garantia de qualidade dos combustíveis conforme normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Os itens solicitados no preâmbulo deste documento são essenciais e sua interrupção pode comprometer o andamento das atividades institucionais, afetando o funcionamento regular das Secretarias deste Município, sendo, portanto, imprescindível a contratação de empresa para o fornecimento do material.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, visando garantir a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público:

O fornecimento de combustíveis deverá ser realizado em posto de abastecimento localizado a uma distância máxima de até 5 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, devidamente justificado por critérios de economicidade e eficiência logística, de modo a assegurar economicidade,

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



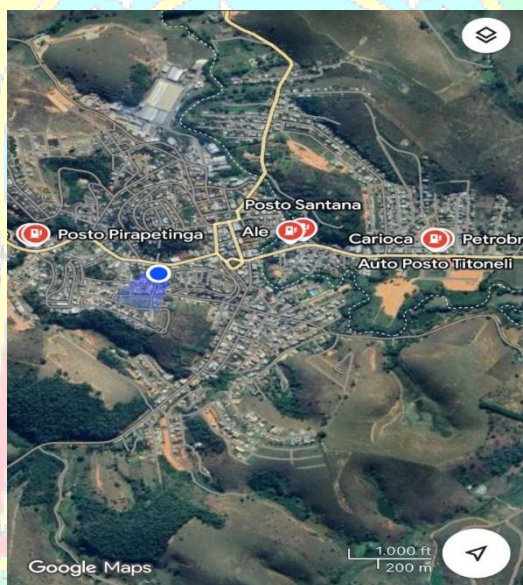
# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

eficiência operacional e agilidade no atendimento das demandas da Administração, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A proximidade reduz custos indiretos, como consumo adicional de combustível, desgaste da frota e tempo improdutivo dos servidores, evitando gastos desnecessários de recursos públicos. Além disso, garante maior agilidade no abastecimento, diminuindo o tempo de parada dos veículos e assegurando maior disponibilidade para atendimento dos serviços públicos, especialmente os de natureza essencial.

Ressalta-se que tal critério não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que, conforme levantamento de mercado realizado, foram identificados 03 (três) postos de combustíveis aptos a atender à demanda dentro do raio estabelecido, sendo eles: Auto Posto Titoneli, Posto Santana e Posto Pirapetitinga, o que evidencia a existência de pluralidade de fornecedores e a viabilidade de competição.



Ressalta-se que o critério de distância adotado não configura restrição indevida à competitividade, tampouco direcionamento do certame, uma vez que foi precedido de levantamento de mercado que identificou a existência de múltiplos fornecedores aptos a atender às exigências estabelecidas dentro do raio definido, garantindo, assim, a ampla concorrência e a isonomia entre os licitantes.

Ademais, o critério mostra-se adequado, necessário e proporcional ao atendimento da demanda administrativa, não havendo medida menos restritiva capaz de alcançar os mesmos resultados com igual eficiência e economicidade.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

O estabelecimento deverá possuir funcionamento em horários compatíveis com as necessidades da Administração Pública, garantindo o abastecimento contínuo da frota municipal, inclusive em situações emergenciais, quando necessário.

Os combustíveis fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não sendo admitido o fornecimento de produtos fora das normas vigentes.

O abastecimento dos veículos oficiais será realizado mediante apresentação de autorização formal, previamente emitida por servidor competente da Administração, devidamente preenchida e assinada, como forma de controle e rastreabilidade dos consumos.

Na hipótese de fornecimento de combustível em desacordo com as especificações exigidas, seja por qualidade, quantidade ou tipo, a contratada deverá proceder à substituição imediata do produto, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

Fica expressamente vedada a recusa injustificada de abastecimento por parte da contratada, devendo esta assegurar plena capacidade de atendimento à demanda da frota municipal durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## **4. DAS DESCRIÇÕES E ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades de combustíveis foi elaborada com base em critérios técnicos e objetivos, visando assegurar a adequada dimensão da contratação e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Para tanto, foram considerados os seguintes parâmetros:

- o consumo médio mensal por veículo da frota municipal, apurado com base nos registros internos de abastecimento, levando-se em conta as características operacionais de cada tipo de veículo, sua utilização nas atividades institucionais e a natureza dos serviços prestados;
- a série histórica de consumo dos últimos 12 (doze) meses, obtida a partir de relatórios de abastecimento e controle interno, permitindo a identificação de padrões de uso, sazonalidades e variações decorrentes de demandas específicas das secretarias municipais;
- a composição atual da frota, incluindo veículos leves, utilitários, máquinas e equipamentos, bem como eventuais ampliações previstas;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:admmpm@pirapetitinga.mg.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- as necessidades operacionais das secretarias, especialmente aquelas que desempenham atividades essenciais, como saúde, transporte, obras e assistência social.

A partir desses elementos, foi possível projetar o consumo estimado de forma realista e compatível com a demanda administrativa, reduzindo riscos de desabastecimento ou de contratação em quantitativos superiores ao necessário.

Destaca-se que os quantitativos estimados poderão sofrer variações ao longo da execução contratual, em razão de fatores como aumento da frota, intensificação de atividades operacionais ou situações emergenciais, sendo, portanto, recomendada a adoção do Sistema de Registro de Preços, que confere maior flexibilidade e eficiência à gestão contratual.

As aquisições visam suprir as necessidades e as demandas da Prefeitura Municipal de Pirapetitinga, através das Secretarias:

Secretaria Municipal de Administração;  
Secretaria Municipal de Assistência Social;  
Secretaria Municipal de Educação;  
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ;  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente;  
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;  
Secretaria Municipal de Transporte;  
Secretaria Municipal de Saúde;  
Gabinete do Prefeito.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ARLA 32	LITROS	21.000
002	DIESEL COMUM	LITROS	15.000
003	DIESEL S10	LITROS	264.000
004	GASOLINA COMUM	LITROS	123.000

## 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

A estimativa do valor da contratação será realizada com base em pesquisa de preços ampla, idônea e atualizada, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, com o objetivo de assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Para a formação do preço estimado, serão utilizados, de forma combinada, os seguintes parâmetros:

- levantamento de preços praticados por fornecedores locais e regionais;
- consulta ao Painel de Preços do Governo Federal;
- análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- consulta a sistemas oficiais e bases de dados reconhecidas, quando disponíveis.

A metodologia adotada para definição do valor estimado considerará a média ou mediana dos preços coletados, com a devida exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, de modo a evitar distorções e garantir maior fidedignidade à estimativa.

Ressalta-se que a pesquisa de preços deverá observar critérios de contemporaneidade, compatibilidade e padronização dos itens pesquisados, considerando as especificações técnicas dos combustíveis, as condições de fornecimento e a realidade do mercado local.

Destaca-se, ainda, que, em razão da natureza do objeto — fornecimento de combustíveis —, os preços estão sujeitos a variações frequentes decorrentes das oscilações do mercado, motivo pelo qual a Administração adotará mecanismos que assegurem maior flexibilidade e aderência aos preços praticados no momento do abastecimento, especialmente por meio do Sistema de Registro de Preços.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação será devidamente fundamentada, transparente e compatível com os preços de mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

## **6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

Embora o Município ainda não tenha instituído formalmente o Plano de Contratação Anual, a presente demanda encontra-se alinhada ao planejamento orçamentário vigente.

## **7. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, bem como avaliar as condições



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

praticadas no setor de fornecimento de combustíveis, considerando aspectos de preço, logística, eficiência e viabilidade operacional.

Verificou-se que o mercado local e regional dispõe de empresas aptas ao fornecimento de combustíveis automotivos, devidamente autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que assegura a competitividade e a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dentre as soluções disponíveis, foram analisadas as seguintes alternativas:

- contratação de empresa para fornecimento direto em posto de abastecimento;
- utilização de sistema de gerenciamento de abastecimento por meio de cartão magnético ou eletrônico;
- aquisição com entrega de combustível em local indicado pela Administração.

Após análise técnica, constatou-se que a contratação de fornecimento direto em posto de abastecimento apresenta-se como a solução mais viável, tendo em vista sua simplicidade operacional, menor custo administrativo, maior controle direto pela Administração e adequação à realidade do Município.

O modelo por cartão eletrônico, embora viável, apresenta maior custo administrativo e necessidade de intermediação contratual. Já o fornecimento com entrega direta demanda estrutura logística mais complexa, elevando custos operacionais.

Adicionalmente, foram consideradas as práticas adotadas por outros entes públicos, bem como os preços praticados no mercado local, a fim de subsidiar a futura estimativa de valor da contratação, em observância ao princípio da economicidade.

Dessa forma, conclui-se que o mercado apresenta condições suficientes para atendimento da demanda, sendo viável a realização de processo licitatório, preferencialmente por meio de sistema de registro de preços, assegurando eficiência, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública.

## **8. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Nos termos dos arts. 40, inciso V, alínea “b”, e 47 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

No presente caso, verifica-se viável pelo parcelamento da contratação por itens, considerando que os combustíveis a serem adquiridos, embora possuam natureza semelhante, são independentes entre si, permitindo a contratação de fornecedores distintos sem prejuízo à execução do objeto.

O parcelamento por itens mostra-se tecnicamente viável e juridicamente adequado, pois:

- amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores;
- favorece a obtenção de melhores preços para cada item, em razão da disputa individualizada;
- não compromete a eficiência operacional da contratação, uma vez que o fornecimento poderá ser realizado de forma independente para cada tipo de combustível.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento por itens atende ao interesse público, garantindo maior competitividade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, estando em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação tem como objetivo assegurar resultados que atendam de forma eficiente e contínua às necessidades da Administração Pública Municipal, especialmente no que se refere à manutenção da frota oficial.

Dentre os principais resultados esperados, destaca-se a garantia da continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções nas atividades essenciais desempenhadas pelas diversas secretarias, como saúde, educação, transporte e obras.

Busca-se, ainda, a redução dos custos operacionais, por meio da adoção de solução que proporcione melhor relação custo-benefício, com abastecimento realizado de forma racional e economicamente vantajosa.

Outro resultado pretendido é o aprimoramento do controle de consumo de combustíveis, mediante utilização de mecanismos formais de autorização e acompanhamento, permitindo maior transparência, rastreabilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Por fim, almeja-se a melhoria da eficiência logística da frota municipal, garantindo abastecimento ágil, em local estratégico e com disponibilidade compatível com as demandas da Administração, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à população.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO**

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Serão adotadas as seguintes medidas:

- elaboração do Termo de Referência;
- designação do fiscal do contrato;
- verificação da dotação orçamentária;
- adequação dos controles internos de abastecimento.

## **11. DA DEFINIÇÃO DA FORMA DE CONTRATAÇÃO, MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que a demanda por combustíveis apresenta natureza contínua, variável e de difícil mensuração exata, tornando necessária a realização de aquisições parceladas ao longo da vigência contratual, de acordo com as necessidades da Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se técnica e economicamente vantajosa, pois permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos contratados, evita aquisições em excesso ou insuficientes, reduz riscos de desabastecimento e possibilita melhor adequação às oscilações de consumo e aos preços praticados no mercado, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Quanto à modalidade de licitação, recomenda-se a realização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

Em observância aos arts. 40, inciso V, alínea “b”, e 47 da Lei nº 14.133/2021, bem como diante da viabilidade técnica do parcelamento da solução, o objeto será licitado de forma parcelada por itens, possibilitando maior ampliação da competitividade e maior eficiência na seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, o critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, cuja comparação objetiva entre propostas é plenamente possível.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

A escolha desses parâmetros encontra-se alinhada aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade, eficiência e vantajosidade, contribuindo para a transparência do processo licitatório e para a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há necessidade de contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação em questão envolve potenciais impactos ambientais relacionados ao fornecimento e consumo de combustíveis, os quais deverão ser mitigados por meio da observância rigorosa das normas legais e da adoção de boas práticas ambientais.

Nesse contexto, será exigido que todos os combustíveis fornecidos estejam em conformidade com as normas ambientais e de qualidade estabelecidas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de modo a reduzir a emissão de poluentes e assegurar a adequada performance dos veículos da frota municipal.

A contratada deverá garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em suas atividades, incluindo óleos, embalagens e demais materiais potencialmente poluentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente, evitando riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos.

Adicionalmente, a Administração buscará incentivar práticas voltadas à redução do desperdício de combustível, promovendo o uso racional dos recursos e contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais decorrentes do consumo.

Dessa forma, a contratação pretende alinhar-se aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental, adotando medidas que minimizem os impactos negativos ao meio ambiente e promovam o uso consciente dos recursos públicos.

## **14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá zelar pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais e pela adequada prestação do serviço.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Caberá ao fiscal do contrato realizar o controle das autorizações de abastecimento, assegurando que os fornecimentos ocorram somente mediante requisições devidamente emitidas e autorizadas por servidor competente, garantindo a rastreabilidade e a regularidade dos procedimentos.

Será também de sua responsabilidade a conferência das notas fiscais apresentadas pela contratada, verificando a compatibilidade entre os quantitativos fornecidos, os valores cobrados e as autorizações emitidas, de modo a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

O fiscal deverá, ainda, proceder à verificação da qualidade dos combustíveis fornecidos, podendo adotar medidas de conferência e, se necessário, solicitar testes ou providências em caso de suspeita de irregularidade.

Compete, igualmente, ao responsável pela fiscalização manter registro atualizado de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando formalmente à autoridade competente eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, para adoção das medidas cabíveis. Dessa forma, a gestão e fiscalização do contrato visam garantir maior controle, transparência e eficiência na execução do objeto contratado, em consonância com os princípios da Administração Pública.

## **15. ANALISE DE RISCOS**

A presente contratação envolve riscos inerentes à sua execução, os quais foram previamente identificados e analisados, com a definição de medidas mitigadoras visando assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Administração Pública.

Dentre os principais riscos, destaca-se a possibilidade de variação nos preços dos combustíveis ao longo da vigência contratual, considerando a volatilidade do mercado. Para mitigar esse risco, recomenda-se a adoção do sistema de registro de preços, que possibilita maior flexibilidade na contratação e melhor adequação às oscilações do mercado.

Outro risco identificado refere-se ao eventual fornecimento inadequado de combustíveis, seja em relação à qualidade, quantidade ou especificação do produto. Para sua mitigação, será adotado rigoroso acompanhamento e fiscalização da execução contratual, incluindo a verificação da qualidade dos produtos fornecidos e, quando necessário, a realização de testes e aplicação das sanções cabíveis.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Adicionalmente, considera-se o risco de interrupção no abastecimento, o que poderia comprometer diretamente a continuidade dos serviços públicos. Como medida preventiva, será exigido que a contratada comprove capacidade operacional adequada para atender à demanda da Administração, garantindo regularidade no fornecimento durante toda a vigência contratual.

Dessa forma, a identificação e o tratamento dos riscos contribuem para maior segurança na contratação, assegurando a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados.

## **16.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos estudos realizados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida apresenta viabilidade técnica e econômica, mostrando-se adequada para atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

Sob o aspecto técnico, verifica-se que existem no mercado empresas capacitadas e devidamente regularizadas para o fornecimento do objeto, atendendo às exigências legais e operacionais estabelecidas, o que assegura a plena execução contratual.

No que se refere à viabilidade econômica, a solução proposta revela-se compatível com os preços praticados no mercado, permitindo a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, especialmente com a adoção de mecanismos como o sistema de registro de preços, que contribui para maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Ademais, a contratação é essencial para garantir o funcionamento contínuo das atividades administrativas e dos serviços públicos prestados à população, uma vez que o abastecimento da frota municipal é indispensável para a execução das ações governamentais.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e vantajosa, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, recomendando-se o regular prosseguimento do processo administrativo.

## **17.CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANEXO II

### Modelo de PROPOSTA REAJUSTADA DE PREÇO

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no Projeto Básico, pelos preços e condições assinalados na presente proposta, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

E-MAIL:

TELEFONE:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (arla 32, diesel comum-S500, diesel S10 e gasolina

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

comum), com abastecimento direto na bomba, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG.

## GRUPO 1- CILINDROS DE OXIGÊNIO 10M<sup>3</sup>, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CILINDROS DE OXIGÊNIO DE 10M<sup>3</sup>

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
001	ARLA 32	LITROS	22.000	R\$	R\$
002	DIESEL COMUM(S500)	LITROS	15.000	R\$	R\$
003	DIESEL S10	LITROS	264.000	R\$	R\$
004	GASOLINA COMUM	LITROS	123.000	R\$	R\$
TOTAL: R\$					

PREÇO TOTAL OFERTADO: R\$..... (por extenso).

O preço ofertado inclui todos os custos de mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidirem sobre o objeto da contratação.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Declaramos aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **Contratante**.

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

1 – Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como (Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores **(apenas para fornecedores enquadrados como Micro e Pequenas empresas e equiparadas)**

2 – Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do Art. 14, III da Lei Federal 14.133/2021.

3 – Atendemos aos requisitos de habilitação, e o respondemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do Art.

63, I da Lei Federal 14.133/2021.

4 – Responsabilizamos-nos formalmente pelas transações efetuadas em nosso nome, assumindo como firmes e verdadeiras nossas propostas

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por nosso representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5 – Cumprimos as reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021.

6 – Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal 14.133/2021.

7 - Não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto maiores de quatorze anos na condição de jovem aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, na forma do Art. 68, IV da Lei Federal 14.133/2021.

8 – Não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

9 – O conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro Participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que ela ainda compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até a presente data.

10 – Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.

...../...../.....

Assinatura do representante legal da empresa e carimbo CNPJ

## ANEXO III

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O Município de Pirapetitinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetitinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../200..., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir::

## 1. DO OBJETO

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

1.1. A presente Ata tem por objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa mediante registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos (arla 32, diesel comum-S500, diesel S10 e gasolina comum), com abastecimento direto na bomba, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da frota oficial do Município de Pirapetitinga/MG, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, Anexo I do edital de *Pregão Eletrônico nº ...../20....*, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a *Secretaria Municipal de Transporte*.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Gabinete;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Agricultura e Pecuária;

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

Secretaria Municipal de Transporte;

Secretaria Municipal de Saúde;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*Vedação a acréscimo de quantitativos*

4.11. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

## 5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

5.1 A contratada, no ato da emissão do documento fiscal, fica obrigada a destacar os valores correspondentes aos tributos sujeitos a retenção na fonte, conforme legislação vigente, em especial os valores referentes ao IRRF, INSS e ISS.

5.2 Nos casos em que houver a dispensa da retenção, a contratada deverá comprovar a situação por meio de declaração prevista em lei, ou nos demais casos, fazer o destaque no documento fiscal.

## 6. 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  - 6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
  - 6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 7.1.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 7.1.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
  - 8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
  - 8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
  - 8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
  - 8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.
- 8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
  - 9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 10.4.1. Por razão de interesse público;
  - 10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 11. DAS PENALIDADES

- 11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
  - 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Transporte, Fábio Soares Dutra;
- 12.2. Fica designado como fiscal do contrato o servidor José Francisco Costa Amaral.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

